

A Fronteira como Ameaça: Geografia, Imaginação e Experiência

The Border as a Threat: Geography, Imagination and Experience

André Reyes Novaesⁱ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O presente artigo retoma debates sobre Geografia, imaginação e experiência no intuito de estudar a qualificação das fronteiras sul-americanas na imprensa brasileira. Por meio de textos e mapas veiculados na imprensa nacional, busca-se estudar reportagens nas quais os jornalistas fazem uma espécie de “trabalho de campo” nas cidades fronteiriças. Ao analisar a cobertura de um evento específico ocorrido na fronteira entre o Brasil e a Colômbia no início da década de 1990, o artigo pretende estimular a discussão sobre as relações entre a difusão de imagens na imprensa e a legitimação de formas específicas de ação sobre os espaços fronteiriços.

Palavras-chave: geografia imaginativa, fronteiras sul-americanas, imprensa nacional.

Abstract: This paper takes into account debates concerning Geography, imagination and experience in order to study how South American borders are portrayed in the Brazilian press. By discussing texts and maps published in the mainstream press, this paper seeks to analyze reports in which journalists do a kind of “field work” in frontier towns and cities. The coverage of a specific event that occurred on the border between Brazil and Colombia in the early 1990s is used to illustrate the relationship between the diffusion of images in the press and the legitimacy of specific forms of action in the border areas.

Keywords: imaginative geographies, South American borders, national press.

Introdução

Discutindo a interação entre conhecimento empírico e imaginação no contexto das explorações geográficas, Allen (1971) observou como ao se aventurarem por *terras incógnitas* os exploradores geralmente baseavam suas ações em modelos e categorias provenientes de mapas antigos, desenhos e relatos de viagem. Ao ir a “campo” e descobrir novas terras, os exploradores classificavam o que viam com base naquilo que esperavam ver, como Colombo confirmando as maravilhas do mundo descritas por Marco Polo (WRIGHT, 1966). Nesse sentido, a própria ideia de “campo” pode ser entendida como

ⁱ Professor do Departamento de Geografia, andrernovaes@yahoo.com.br.

uma fusão entre o físico e o representacional. O campo não está somente “lá”, ele é construído e categorizado antes de ser visitado, sendo um espaço simultaneamente imaginário e material (DRIVER, 2000).

Enquanto um espaço desconhecido por grande parte da população metropolitana brasileira, as fronteiras sul-americanas também não estão “somente lá”. Às vésperas do meu primeiro trabalho de campo rumo às fronteiras entre o Brasil e a Colômbia, notei que estava imerso em um intenso exercício de imaginação. O que esperar da minha visita à fronteira? Rapidamente fui juntando imagens preconcebidas que eu armazenara sobre aquele espaço o qual estava prestes a conhecer. Recordando aulas, filmes, mapas, artigos científicos e reportagens de jornal, foi se definindo minha expectativa para o trabalho de campo.

De acordo com o historiador da arte Ernst Gombrich (1986, p.61), a representação do desconhecido sempre traduz uma busca por um “esquema”, um “modelo”, onde o indivíduo procura “na gaveta dos seus estereótipos mentais o clichê apropriado”. Nesse sentido, o confronto com meus próprios clichês e estereótipos relativos aos espaços de fronteira entre Brasil e Colômbia já demarcava uma reflexão inicial sobre os questionamentos levantados no presente artigo. Mas quais imagens sobre as fronteiras surgiram com mais força às vésperas do trabalho de campo? Quais seriam as fontes mais importantes para a obtenção dessas informações?

Certamente, os “esquemas” e “modelos” acionados para caracterizar os espaços de fronteira não eram meros frutos de minha imaginação individual, e sim categorias de pensamento socialmente compartilhadas por grande parte da população metropolitana brasileira. Como lembra Driver (2005), a palavra “imaginação” tem sido muito associada com indivíduos, mas o termo “geografia imaginativa”¹ refere-se geralmente a percepções mais que subjetivas e individuais. Conversando sobre os desafios do trabalho de campo com familiares, amigos e também com colegas do curso de Geografia, constatei a existência de um repertório compartilhado sobre as fronteiras continentais sul-americanas, frequentemente associadas a arquétipos e estereótipos espaciais pejorativos: “ameaça”, “perigo”, “abandono”, “contrabando”, “guerrilha”, “ilegalidade”.

Por estarem situadas “entre” domínios territoriais distintos, as fronteiras geralmente são classificadas como um território “sem lei”, uma “terra de ninguém”, onde o Estado perde progressivamente sua força, abrindo espaço para a atuação de grupos associados a atividades ilegais e ao contrabando. Esse tipo de discurso apresenta as fronteiras simultaneamente como o espaço do abandono e da urgência, pois ao mesmo tempo em que reconhece seus “problemas”, também cobra uma atuação mais energética e intensa das forças de controle do Estado para coibir as trocas informais entre os sistemas territoriais envolvidos. Essa forma de qualificação e categorização das fronteiras é comum em muitos meios, inclusive no acadêmico.

Por outro lado, atualmente, pode-se afirmar que a mídia nacional desempenha um papel de destaque na consolidação de um repertório compartilhado sobre as fronteiras sul-americanas. Para grande parte da população brasileira, pertencente a um país que se desenvolveu intensamente orientado para o Atlântico, os espaços próximos aos limites internacionais dos países vizinhos são majoritariamente conhecidos por meio de representações midiáticas. Enquanto uma fonte importante de informação secundária sobre as fronteiras, os textos e mapas veiculados na imprensa podem participar ativamente no

processo de definição de expectativas, comportamentos e formas de ação específicas sobre esses espaços.

Levando em conta essa constatação, o presente artigo busca estudar a qualificação das fronteiras por meio de textos e mapas veiculados na imprensa nacional.² A ideia é discutir reportagens nas quais os jornalistas fazem uma espécie de “trabalho de campo” em localidades fronteiriças. Como exploradores antigos a enviar imagens de um espaço remoto e longínquo, os repórteres contemporâneos também se “aventuram” nas fronteiras tendo como referência uma série de modelos prévios e estereótipos que podem direcionar suas experiências e suas narrativas jornalísticas.

No entanto, o objetivo aqui vai além da constatação – que muitas vezes assume o tom de denúncia – das relações entre produção de imagens na mídia e tendências políticas vigentes na sociedade. A ideia é justamente quebrar a polarização entre experiência e imaginação, evidenciando como o estudo das imagens midiáticas na Geografia não deve se submeter a polarizações simplistas entre informações primárias e secundárias, pois ambas interagem nos processos de qualificação, experimentação e ação sobre os espaços. Nesse sentido, ao discutir como as imagens podem influenciar na definição de tendências na construção material do espaço, estaremos debatendo os possíveis efeitos e desdobramentos concretos dessas geografias imaginativas.

Em um primeiro momento busca-se apresentar algumas contribuições importantes de geógrafos contemporâneos que se dispuseram a compreender as complexas relações entre imaginação, experiência e materialidade. Após uma breve discussão sobre essa problemática, na segunda parte, os mapas e textos jornalísticos entram em cena por meio da análise de uma incursão a “campo” de repórteres que buscavam informações para a cobertura de um evento específico ocorrido na fronteira entre o Brasil e a Colômbia no início da década de 1990. Por fim, discutirei como as formas de representação vigentes sobre as fronteiras podem estimular estratégias de ação específicas para esses espaços por parte do poder público.

Imaginação e Materialidade: Caminhos para uma Abordagem Relacional

Aqueles que pensam na China como moradia de tintureiros, na França como o lugar onde as pessoas comem caracóis e nos espanhóis como pessoas de sangue quente, são apenas um pouco mais míopes do que qualquer um; é mais fácil deplorar estas generalizações do que substituí-las por imagens mais adequadas e convincentes. (LOWENTHAL, 1961, p.258).

Ao discutir, no início da década de 1960, as relações entre “Geografia, experiência e imaginação”, o famoso artigo de David Lowenthal influenciou significativamente uma tendência de diferenciação da experiência geográfica em duas categorias. Em uma dimensão haveria a “observação pessoal”, ligada às experiências “frescas” e de “primeira mão” que o indivíduo obtém por meio do contato direto com o ambiente. Em outra estariam as informações indiretas ou secundárias construídas mediante “aulas, livros, figuras e todas as visões imaginárias” (ibidem, p.260). Segundo o autor, seu ensaio poderia servir de marco introdutório para uma série de estudos que comparassem a qualidade e o impacto desses distintos “modos de experiência geográfica”.

O artigo de Lowenthal realmente inspirou uma série de trabalhos posteriores que passaram a discutir como a percepção do ambiente é formada tanto pela experiência direta como por “recursos externos como os *mass media*” (MOORE e GOLLEDGE, 1976, p.3). Essa tendência de diferenciação da experiência geográfica esteve muito presente nas pesquisas sobre mídia na Geografia norte-americana dos anos 1970, concentradas majoritariamente na cognição e na percepção do indivíduo (BURGESS e GOLD, 1987). Mas, como a epígrafe acima indica, essa diferenciação entre “modos de experiência” pode também estimular uma hierarquização, classificando as informações diretas como “boas” e as indiretas como pouco “adequadas ou convincentes”. As informações mediadas seriam as grandes responsáveis pela difusão de estereótipos simplistas, associando lugares como a França, a China ou a Espanha a imagens generalizantes e reducionistas como “comedores de caracóis”, “tintureiros” ou “pessoas de sangue quente”.

O título do presente artigo é, ao mesmo tempo, uma homenagem e um questionamento direcionado ao trabalho de Lowenthal (1961), pois inverte a ordem das palavras-chave do seu citado texto, colocando a “imaginação” na frente da “experiência”.³ Para além de diferenciar e/ou polarizar esses “tipos de experiência geográfica”, nos dias atuais torna-se mais desafiador refletir sobre os caminhos para trabalhar com suas interações. As informações mediadas são atualmente mais centrais do que secundárias, e dificilmente experimentamos um espaço sem tê-lo conhecido de forma mediada anteriormente. Nesse sentido, a categorização e a criação de estereótipos não devem ser entendidas como “distorções” ou “generalizações simplistas”, mas sim como *parte constitutiva* de nossas relações com os espaços.

Por meio de caminhos distintos, essa perspectiva vem aparecendo no trabalho de geógrafos contemporâneos. Partindo de objetos variados, muitos autores têm buscado desconstruir as famosas distinções polarizadas entre informações primárias e secundárias, discutindo as representações a partir de suas relações com a percepção e a ação sobre os espaços. Seguindo essa tendência, deixa-se de lado a possibilidade de estudar as imagens estabelecendo um processo de “checagem”, comparando representação e realidade, ou informações mediadas e trabalho de campo. Nas palavras do filósofo Jean Baudrillard (1981, p.8), “não se trata de mapa nem de território, algo desapareceu: a diferença soberana de um para o outro, que constituía o encanto da abstração”.

Uma apropriação direta dessas ideias aparece nos trabalhos de geógrafos interessados nas relações entre cinema e cidade (AITKEN e ZONN, 1994; CLARKE, 1997; COSTA, 2003; NAME, 2003). Buscando caminhos para discutir essa relação, Clark (1997, p.1) inicia seu livro citando um famoso texto de Baudrillard, no qual o autor afirma que para se compreender as cidades norte-americanas não se deve começar pela cidade, mas pelas telas de cinema, pois “a cidade americana parece ter saído diretamente dos filmes”. Da mesma forma, ao caminhar por cidades europeias após um longo período na América, Baudrillard escrevia que sentia como “se a cidade tivesse saído das pinturas e não vice-versa”. Essa perspectiva relacional influenciou o desenvolvimento de uma abordagem cognitiva no estudo do cinema por parte de alguns geógrafos, que vêm buscando discutir o papel dos filmes nas interações entre o indivíduo e o espaço.

Uma contribuição importante nessa direção foi o livro de Aitken e Zonn (1994), no qual os autores criticavam a ênfase da Geografia nas “condições materiais da vida social”

e valorizam o estudo das imagens, pois estas teriam o poder de moldar as “experiências sociais, culturais e ambientais” da audiência. Segundo os autores, foi nas telas de cinema que cresceram as figuras contemporâneas do homem, da mulher, da criança e dos lugares que eles habitam, o que deve levar o geógrafo a perceber que “o poder da representação de intervir no decorrer das transformações da vida cotidiana não deve ser subestimado” (ibidem, p.5).

Segundo Azevedo (2006), essa tendência, que estuda os processos dinâmicos e contínuos de transferência de informação entre representação e realidade, definiria um caminho cognitivo para o estudo do cinema. Buscando identificar “fenômenos transacionais”, onde a percepção do espaço é sempre mediada por imagens, diversos autores têm buscado desenvolver pesquisas que introduzam o cinema como parte das trocas entre o indivíduo e o ambiente. No entanto, como indica Azevedo (2006), essas análises frequentemente acabam privilegiando percepções individuais e não se aprofundam muito nas consequências políticas e ideológicas de formas específicas de representação.

Buscando caminhos para se discutir as consequências políticas das imagens, o interesse recai menos sobre as percepções do indivíduo e mais sobre os discursos envolvidos na representação do espaço em questão. No contexto dos mapas e textos jornalísticos que analisaremos neste artigo, parece importante buscar caminhos para discutir a exterioridade na sua produção e os repertórios socialmente compartilhados em sua recepção. Para tanto, uma segunda contribuição metodológica merece ser aqui destacada: os textos do professor de literatura comparada Edward Said, que trataram do “Oriente como invenção do Ocidente” e influenciaram o debate internacional sobre as “geografias imaginativas” e seus discursos políticos. Rediscutindo a articulação entre representação e colonialismo, os trabalhos de Said tornaram-se uma importante referência para se debater as relações entre Geografia, imaginação e materialidade.⁴

Considerado como “um dos textos mais influentes nas ciências sociais e nas artes nas últimas décadas do século XX” (SHARP, 2009, p.16), o *Orientalismo* influenciou tendências variadas na Geografia contemporânea, mas seu impacto ainda é limitado na Geografia brasileira. Mesmo sendo considerado um filólogo, Said (1995) teria a pretensão de “repensar a Geografia”, evidenciando como a “força” da disciplina não estaria “apenas em soldados e canhões”, mas também em “imagens e imaginários”. Na base do argumento do autor está a ideia de que o discurso orientalista promove sempre uma qualificação dual do espaço, diferenciando um Ocidente “racional”, “histórico”, “moderno”, “masculino” de um Oriente “irracional”, “eterno”, “atrasado”, “feminino”. É por meio desse tipo de oposição que Said (2008) define os processos de construção das identidades e as geografias imaginativas associadas aos espaços.

As áreas estudadas por Said (idem) são amplas o suficiente para dividir o mundo em duas unidades distintas – Oriente e Ocidente –, mas o autor também evidencia a possibilidade de aplicação dessas ideias a escalas mais reduzidas, pois mesmo “um grupo de pessoas vivendo em alguns acres de terra estabelecerá fronteiras entre suas terras e os arredores”, que serão chamados de “terra dos bárbaros” (ibidem, p.91). Esse tipo de imaginação geográfica é claramente relevante para um estudo que discute as formas de representação dos espaços fronteiriços, situados justamente “entre nós” e “eles”. Podemos pensar, portanto, que a qualificação das fronteiras

sul-americanas na imprensa brasileira também pressupõe um processo de imaginação e de “criação” de um setor geográfico no intuito de construir uma “(re)presença”, ou uma representação feita “por e para” uma população metropolitana que não tem acesso direto ao espaço.

Mas até que ponto o estudo das representações externas de um espaço pode acabar por reproduzir uma visão dicotômica das imagens, colocando de um lado a materialidade do espaço concreto e de outro suas representações “deformadas” e “generalizantes”? Por concentrar suas análises em textos literários específicos e discutir seus “esquemas narrativos”, o trabalho de Said também sofreu críticas devido a um suposto “textualismo excessivo”, como se a “abstração” dos textos literários não tivesse relação com o que “realmente ocorre” nas relações de poder do mundo (SMITH, 1994).

Problematizando essa separação simplista entre imaginação e materialidade, Driver (2005, p.144) indaga ironicamente sobre a relevância de se estudar as concepções abstratas criadas sobre os lugares e seus habitantes: “por que focar nas geografias ‘imaginativas’ quando há tantos problemas ‘reais’ para serem tratados no mundo?”. O autor responde à sua própria indagação por meio da articulação entre representação e materialidade, definindo as “geografias imaginativas” como “representações dos lugares, espaços e paisagens que estruturam o entendimento de mundo das pessoas e conseqüentemente ajudam a moldar suas ações” (ibidem). É por meio dessa articulação entre imaginação e ação que se pode considerar como as imagens têm “efeitos reais” na construção e na vivência dos espaços.

Para Gregory (1994), as críticas ao “textualismo excessivo” de Said seriam fruto de uma má compreensão de seu trabalho, pois as relações entre “violência textual e violência física” são fundamentais para a estruturação dos argumentos que relacionam imaginação e políticas de colonização. Mesmo criticando a difusão de estereótipos simplistas, Said (2008) apresenta uma preocupação recorrente em deixar claro o fato de que não pretende defender nenhum “Oriente real”, mas sim entender o orientalismo como um elemento constitutivo da realidade colonial.

Nesse sentido, o autor não busca opor as imagens “orientalistas” com informações “diretas” provenientes de sua vivência na Palestina ou no Cairo, mas sim compreender como as classificações e estereótipos presentes nos textos literários poderiam moldar os esquemas de percepção e de ação dos europeus sobre esses espaços. Segundo Said (idem, p.51), ao se estudar as geografias imaginativas difundidas pelos textos orientalistas, “os dados a serem observados são o estilo, as figuras de retórica, o cenário, os esquemas narrativos, as circunstâncias históricas e sociais, e não a *correção* da representação, nem sua *fidelidade* a algum grande original”.

No escopo deste artigo, revisitar essas duas tendências, que vêm sendo utilizadas na Geografia contemporânea para articular representação, experiência e materialidade, não tem como objetivo aprofundar seus argumentos teóricos, mas apenas apontar caminhos metodológicos que podem ser utilizados em pesquisas empíricas. Com essa motivação, na seção seguinte discutirei representações textuais e cartográficas de um evento específico ocorrido nas fronteiras entre o Brasil e a Colômbia, buscando conectar formas de representação, percepção e ação sobre as fronteiras nacionais.

Narrativa e Experiência: a Fronteira como Ameaça

Um abandono que se repete ao longo dos 15.719 quilômetros de fronteira entre o Brasil e 10 países da América Latina, que torna os limites do país um irremediável *caso de polícia*. Passa de tudo: droga, ouro, couro de jacaré, carro, madeira, soja, café. (*Jornal do Brasil*, 1/10/1989)

Que tipo de matéria jornalística leva um repórter das grandes cidades brasileiras para as fronteiras sul-americanas? Com base em que critério prévio esse repórter seleciona os eventos “noticiáveis” ao visitar esses espaços? No campo do jornalismo, geralmente se justifica a transformação de um acontecimento em notícia por meio de dois caminhos distintos. O primeiro deles valoriza as características do próprio evento, definindo “valores-notícia” que “operacionalizam as práticas profissionais nas redações, sugerindo o que deve ser escolhido, omitido, realçado” (MOTTA, 2002, p.308). Por outro lado, é importante reconhecer que a notícia é sempre fruto do encontro entre a imaginação do repórter e sua experiência na cobertura do evento. Nesse sentido, embora as notícias não possam ser vistas como “ficção”, elas são sempre “estórias”, reunidas e narradas pelo repórter por meio de escolhas específicas (ibidem).

Considerando esse segundo alerta, não buscarei compreender as relações entre fronteira e ameaça discutindo os atributos da própria fronteira, mas sim as geografias imaginativas que lhes dão sentidos e significados específicos na imprensa. Não há aqui, portanto, preocupação com os fatos, mas sim com as versões e valores simbólicos que os acompanham. Nas palavras de Motta (idem, p.315), “não é o fato que conta, mas sim o conto do fato”. Ao discutir as diferentes formas de “contar” uma visita às fronteiras na imprensa, utilizando textos e mapas jornalísticos, deve-se considerar os contextos que estimulam os repórteres a visitar esses espaços e que tipos de informações prévias aqueles possuíam.

Reunindo uma série de reportagens nas quais havia essa espécie de “trabalho de campo”, em busca de informações “frescas” e “de primeira mão”, constatei a predominância de dois tipos de matéria jornalística. Em alguns casos o repórter se dirige à fronteira para produzir uma “série especial” que avalia o estado das fronteiras em seu conjunto. Em outros, ele vai para a fronteira cobrir um acontecimento específico, para o qual a falta de informação disponível no “centro” justifica uma incursão no “campo” das áreas periféricas do Estado.

O texto da reportagem citada na epígrafe desta seção é proveniente de uma “série especial” veiculada no *Jornal do Brasil* em 1989. Nessa série, oito repórteres e cinco fotógrafos percorreram dezesseis pontos da fronteira “para retratar a vida nesses *fins de mundo*” onde, segundo a reportagem, “alguns brasileiros sequer sabem que há eleições este ano e ignoram o valor do cruzado novo”. O “abandono” e a “falta de vigilância que facilitam o contrabando” foram as principais constatações dos repórteres, que selecionaram histórias sobre ilegalidade e contravenção para cada localidade visitada.

As narrativas geradas pela experiência dos repórteres nas séries especiais são variadas, mas geralmente seguem uma formação discursiva bastante similar. Segundo Foucault (1997, p.43), uma formação discursiva pode ser identificada por meio da descrição de seus “padrões”, identificando “os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas”. Mesmo discutindo a circulação de produtos distintos, como “droga, ouro, couro de jacaré, carro, madeira, soja e café”, a estrutura das reportagens muitas vezes se

repete, primeiro evidenciando o abandono das fronteiras e a facilidade para atuar ilegalmente, para posteriormente cobrar uma presença maior do Estado. Nesse sentido, as séries de reportagens nas fronteiras acabam indo além dos casos particulares, buscando evidenciar a dimensão nacional do “problema”.

Outras vezes, é um evento específico que estimula a “incurião” dos repórteres no “campo”. Ao contrário das séries, que geralmente são feitas por jornais diários, esse tipo de reportagem, na qual o jornalista vai ao campo em busca de detalhes e desdobramentos do evento já noticiado, é mais comum nas revistas semanais e mensais. Esse é o caso da reportagem veiculada na revista *Veja* no dia 13 de março de 1991, que será analisada mais detalhadamente a seguir. Nesse exemplo, a busca por informações sobre o ataque a um posto militar brasileiro na fronteira com a Colômbia estimulou dois repórteres a percorrerem “um longo caminho para chegar à fronteira” e cobrir a “tensão na selva sem lei”.

Em 1º de março de 1991, o exército brasileiro notificou a imprensa nacional que um grupo de “quarenta guerrilheiros colombianos” teria atacado uma guarnição militar no Rio Traíra, matando três soldados e ferindo oito. A imprensa diária se apressou em divulgar o incidente e a posterior reação do exército brasileiro, que enviou 47 homens para a localidade no intuito de “limpar a fronteira e mantê-la segura” (*Jornal do Brasil*, 3/3/1991). A reação veio no dia 5 de março de 1991, quando uma patrulha brasileira do Batalhão Especial de Fronteira abriu fogo contra quinze colombianos no Rio Traíra, matando sete “guerrilheiros”. Para localizar esses acontecimentos em uma região tão “remota” e “longínqua”, muitos mapas foram veiculados na imprensa diária, mas como evidenciam os exemplos abaixo (Figuras 1 e 2), informações diferentes podiam ser representadas.



Figura 1 – *O Globo*, 2/3/1991



Figura 2 – *Jornal do Brasil*, 5/3/1991

Os dois mapas anteriores foram veiculados na mesma semana em que foi divulgado o ataque ao posto militar. No entanto, se observarmos atentamente, esses mapas apresentam informações significativamente distintas. No primeiro, o ataque é destacado por meio do uso de uma seta e um símbolo de ponto, que explicitam sua origem em território colombiano e sua ação “explosiva” no lado brasileiro. Os rios Amazonas, Japurá e Traira são nomeados, e os limites entre os Estados são representados com linhas tracejadas. Já o segundo mapa, publicado dois dias depois, combinou escalas distintas em uma mesma imagem e representou não apenas o destacamento militar atacado, mas também as áreas de garimpo detalhadas nos dois lados da fronteira.

Dentre os muitos mapas coletados na imprensa brasileira sobre esse episódio, o mapa da Figura 2 foi o único que representou as áreas de garimpo, que poderiam ser fundamentais para explicar o ocorrido na localidade. No mapa observamos que no lado colombiano existiria uma área de garimpo decadente, chamada “Garimpito”, onde viviam centenas de garimpeiros colombianos. Já do lado brasileiro, haveria uma lavra abandonada por uma das “maiores mineradoras de cassiterita do mundo, a Paranapanema” (*O Estado de São Paulo*, 5/3/1991). Era justamente na entrada da lavra abandonada que os militares brasileiros se situavam, fazendo inclusive uso da infraestrutura de um antigo acampamento da empresa. As informações trazidas por esse mapa sugerem que, embora a imprensa brasileira estivesse majoritariamente destacando a presença de “guerrilheiros” na região, o ataque pode ter sido realizado pelos próprios garimpeiros, interessados em explorar a lavra do lado brasileiro.

O mapa da Figura 1 anunciava que o ataque teria sido feito por membros do M19, e o exército brasileiro se apressou em culpar os “guerrilheiros das Farc” – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. No entanto, ao atacar e matar colombianos na fronteira, o

exército teria encontrado apenas um dos fuzis roubados no ataque ao destacamento. De resto, havia apenas espingardas de “repetição” e botas de borracha, “normalmente usadas por garimpeiros”.⁵ Em Bogotá, o presidente colombiano considerou que a ação brasileira foi justa, mas o governador do estado colombiano do Amazonas estranhou os confrontos, pois afirmava “nunca ter visto guerrilheiros daquela área”. Ao mesmo tempo em que o jornal colombiano *El Tiempo* desconfiava que “as ações dos supostos guerrilheiros não conferem com guerrilheiros de carne e osso”, o próprio diretor-superintendente da empresa Paranapanema afirmava não acreditar que o ataque teria sido feito por guerrilheiros, também defendendo a tese de que os garimpeiros estariam envolvidos (*IstoÉ*, 13/3/1991).

Em meio a informações contraditórias que chegavam para o grande público nas cidades, um jornalista e um fotógrafo resolveram se aventurar no “campo” em busca de mais informações: “com muita disposição, e experientes em missões em toda a Região Norte do país, o chefe da sucursal da Veja em Belém, Abnor Gondim, e o fotógrafo Paulo Jares chegaram a Manaus na segunda-feira da semana passada, dispostos a se deslocar para as margens do Rio Traíra, palco do ataque guerrilheiro” (*Veja*, 13/3/1991). Destacando a “imensidão e o isolamento” das regiões de fronteira do país, a equipe de reportagem teria se aventurado “em busca do desconhecido”, mas curiosamente a questão do garimpo é apresentada de forma tímida, e o próprio título da reportagem já alertava como “num pedaço esquecido do país, cresce a tensão entre o Exército brasileiro e *guerrilheiros colombianos*”.

Ao visitarem as fronteiras, as influências dos esquemas narrativos e modelos explicativos dos repórteres ficam evidentes, pois a matéria se esforça para criar oposições binárias entre uma região de fronteira associada ao atraso e à barbárie e um Brasil “civilizado” nas grandes cidades do Centro-Sul do país. Segundo o repórter, “o ataque chamou a atenção para esta região tão distante do Brasil das ruas de asfalto, onde, bem ou mal, convive-se com as leis e os direitos dos cidadãos”.

É a partir desse tipo de narrativa que a fronteira instala-se no imaginário metropolitano como o “lugar da ilegalidade”, um “fim de mundo onde, sob a vista grossa ou até com a participação das autoridades, índios lutam com garimpeiros, contrabandistas de drogas fazem negócios com contrabandistas de armas e guerrilheiros dão os braços a bandidos comuns”. É interessante observar que, mesmo sendo legitimada por um “trabalho de campo” no qual o repórter conversou com “comerciantes, garimpeiros, militares, autoridades e pessoas que estiveram no lugar”, a matéria não traz informações detalhadas, e a presença do garimpo na região só é relatada no final da reportagem.

Após falar por várias páginas sobre as Farc e a falta de efetivo do exército brasileiro, o repórter relata algumas acusações sobre o extravio de ouro garimpado por colombianos por parte de membros do exército brasileiro – mas, como ele mesmo afirma, essas acusações poderiam não passar de “calúnia”. De fato, as informações sobre o garimpo não são destacadas no mapa da reportagem, que é construído em uma escala que não prioriza o detalhamento da área do evento noticiado. Localizando todo o conjunto de fronteira nos estados brasileiros do Amazonas e de Roraima, o mapa selecionado para ilustrar a reportagem acaba funcionando basicamente para situar o leitor de forma mais geral nessa “região de conflitos”.

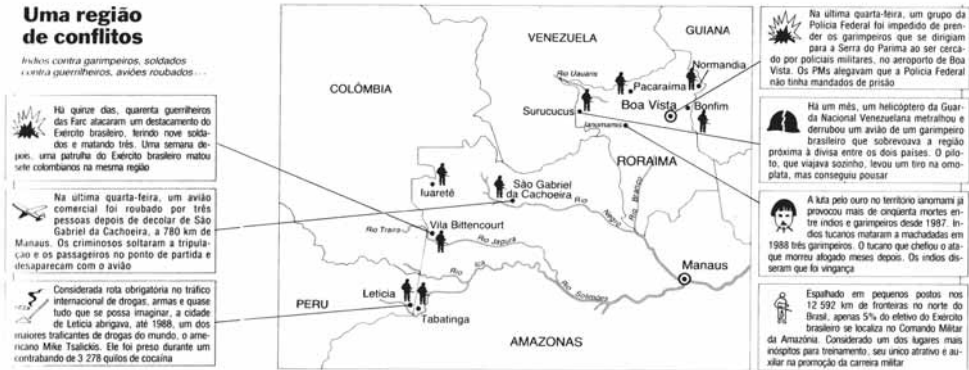


Figura 3 – Veja, 13/2/1991

O mapa da Figura 3 localiza uma série de eventos ocorridos nas fronteiras ao norte do país que associam esses espaços a conflitos militares e à ilegalidade. As práticas cartográficas aplicadas aqui são relativamente simples, utilizando símbolos de ponto e caixa de texto para qualificar eventos ocorridos em locais distintos das fronteiras. O uso de símbolos pictóricos também influencia o destaque das atividades ilegais, pois os pequenos desenhos localizam a presença de militares e ilustram cada atividade descrita nas caixas de texto.

Sem problematizar se o ataque teria sido feito por garimpeiros ou guerrilheiros, o mapa responsabiliza as Farc pelo confronto e situa também outros acontecimentos relacionados com o tráfico de drogas ilegais na região. A cidade de Letícia é a única representada do outro lado da fronteira e é caracterizada como “rota obrigatória no tráfico internacional de drogas, armas e quase tudo que se possa imaginar”. Na parte direita do mapa são descritos eventos não comentados ao longo do texto da matéria, ocorridos no estado de Roraima, que não fora visitado pelos repórteres. De qualquer forma, os acontecimentos envolvendo garimpeiros, índios e a Guarda Nacional venezuelana auxiliam na caracterização da região de fronteira como uma área de conflito e ameaça.

A última caixa de texto à direita do mapa é sintomática com relação ao tipo de discurso que vem sendo aqui analisado. Após apresentar todos os problemas e conflitos na região, o mapa cobra uma presença maior do exército brasileiro nas fronteiras, denunciando que apenas 5% do efetivo nacional estaria na Amazônia, “espalhado em pequenos postos nos 12 592 quilômetros de fronteira no norte do Brasil”. Observa-se, portanto, que a ida a “campo” dos repórteres não significou necessariamente o levantamento de informações diferenciadas e originais. Esse fato é evidenciado pela própria escala do mapa da reportagem, que apresenta um caráter extremamente generalista e não aprofunda nenhuma informação relativa aos conflitos locais que os repórteres foram averiguar. Nesse sentido, a imaginação e os modelos pré-existentes podem ter influenciado nas experiências dos repórteres e em sua forma de narrar o “campo” da reportagem.

Assim como um quadro sempre deve mais a outros quadros do que à “paisagem real” pintada (GOMBRICH, 1986), uma reportagem provavelmente deve mais a sua relação com outras reportagens do que ao encontro “direto” entre o repórter e o “campo”. Ao buscarem histórias específicas para compor um caderno especial ou para esclarecer

acontecimentos nos “confins do Brasil”, os repórteres têm certamente um leque de histórias possíveis em sua cabeça. A busca por encaixar suas entrevistas e constatações em uma dessas narrativas preestabelecidas pode moldar suas “experiências” ao visitar as fronteiras. Como exploradores da Antiguidade, há aqui uma construção de geografias imaginativas onde “o texto precede a experiência” e os “viajantes veem o que esperam ver” (SHARP, 2009, p.16).

Como discutia Allen (1971, p.53) no contexto das antigas explorações, “se um explorador volta com informações que contradizem ou subvertem fortemente os conceitos geralmente aceitos, seus dados podem ter pouco efeito imediato na criação de imagens regionais mais precisas”. Guardadas as devidas diferenças, se um repórter enviado para as fronteiras retornasse com informações que problematizassem a associação desses espaços com “perigos para a soberania nacional”, discutindo formas de interação inovadoras ou questionando a real estruturação das ameaças externas, suas observações poderiam ter pouco espaço na imprensa, que compartilha com os leitores um tipo de geografia imaginativa que entende sempre as fronteiras como um “caso de polícia”. É nesse sentido que as imagens preconcebidas podem moldar as experiências dos repórteres, encaixando-as em um modelo prévio e categorias que associam esses espaços à ilegalidade, à criminalidade e à ameaça.

Desdobramentos e Considerações Finais

Foi provavelmente esse mesmo tipo de imagem preconcebida sobre as fronteiras amazônicas que povoou minha cabeça nas vésperas de meu primeiro trabalho de campo para a região do Alto Solimões, onde se localizam as fronteiras entre o Brasil e a Colômbia. Ao visitar cidades constantemente destacadas na imprensa como portas de entrada para “ameaças” e “perigos” à soberania nacional, as informações recebidas por meio da imprensa e dos “alertas” dos colegas de profissão certamente influenciaram de alguma forma minhas experiências. Contrastando ou reafirmando os estereótipos simplistas que colecionamos sobre os lugares, a experiência de percorrê-los sempre é influenciada pelas informações e referências que já possuímos.

Mas, se essas geografias imaginativas influenciam na experiência daqueles que visitam as fronteiras, resta saber como e até que ponto elas podem também estimular ações específicas sobre esses espaços. Para além de apenas constatar como as formas de enunciação das notícias podem influenciar nossas relações com os espaços, é importante também discutir como podem legitimar certos discursos geopolíticos que influenciam formas de ação sobre as fronteiras. Na ótica de grupos que desejavam um aumento nas verbas para os projetos de militarização das fronteiras amazônicas, como o Calha Norte, os acontecimentos no Rio Traíra foram oportunos, pois legitimaram o investimento nesse tipo de política. Essa associação bastante óbvia foi destacada com intensidade em uma reportagem da revista *IstoÉ* (13/3/1991) ironicamente intitulada de “Ataque a calhar”.

De acordo com a matéria, os militares brasileiros teriam um plano ambicioso de atuação nas fronteiras desde meados da década de 1980, mas o projeto teria adentrado os anos 1990 “com sérios problemas de caixa” e contabilizando “a esqualida presença na área de menos de 500 homens, divididos em 13 pelotões”. Mas, segundo o jornalista,

após a cobertura dos eventos no Rio Traíra pela imprensa brasileira, essa tendência deveria mudar. “Agora, os investimentos no Calha Norte devem aumentar substancialmente: dez cadáveres estirados no meio da selva surgiram como um grande argumento para sensibilizar o governo federal” (*IstoÉ*, 13/3/1991). Observa-se, assim, a possibilidade de estabelecer relações entre narrativas jornalísticas e ações geopolíticas específicas.

Após o grande alarde em torno do que ficou conhecido como o primeiro “ataque das Farc ao território brasileiro”, o governo foi, de fato, sensibilizado, e o exército brasileiro deslocou contingentes significativos de pelotões situados no sul para as fronteiras ao norte durante o início dos anos 1990. O fim dos atritos na Bacia do Rio Prata e o temor do tráfico de drogas propagado na imprensa facilitam esse “redimensionamento” da política de defesa nacional para as fronteiras ao norte do país (MIYAMOTO, 2008). Nesse contexto, essas fronteiras sofrem um processo de militarização com o intuito de combater “práticas de guerrilha” e “atividades ilícitas”, ameaças que já constavam no próprio texto do projeto Calha Norte.

Certamente o objetivo aqui não é sugerir associações simplistas entre formas de representação das fronteiras e ações governamentais específicas sobre esses espaços, porém fica evidente a pertinência de se discutir a forma como imaginamos os lugares como um elemento fundamental para se compreender as ações que direcionam sua construção. Como muitos estudiosos da geopolítica contemporânea já perceberam, “a forma como descrevemos o mundo, as palavras que usamos, moldam como decidimos agir” (TUATHAIL e AGNEW, 1992, p.190). No caso específico aqui analisado, as narrativas jornalísticas sobre o ataque a um posto militar brasileiro podem ter auxiliado na legitimação de um projeto frequentemente qualificado como a “materialização das teorias geopolíticas dos militares brasileiros” (RODRIGUES e SCHILLING, 1989).

Como afirmou Said (1995, p.178), ao discutir as relações entre “cultura e imperialismo”, a imaginação e a representação podem ter atuado para “preparar o caminho para o que os exércitos, as administrações e as burocracias fariam mais tarde no local”. Algo similar tem ocorrido em alguns pontos das fronteiras sul-americanas, muitas vezes sujeitos a políticas públicas formuladas a partir de centros de decisão e interesse afastados de sua realidade cotidiana. É nesse sentido que o estudo das representações dos espaços torna-se relevante não só para se compreender as formas vigentes de imaginá-los e construí-los, mas também para indicar caminhos alternativos para “reimaginá-los” e “reconstruí-los”.

Referências Bibliográficas

AITKEN, C.; ZONN, E. *Place, Power, Situation and Spectacle: A Geography of Film*. Boston: Rowman e Littlefield Publishers, 1994.

ALLEN, J. L. *Lands of Myth, Wathers of Worder: The Place of Imagination in The History of Geographical Exploration*. In: LOWENTHAL, D.; BOWDEN, M. (eds.). *Geographies of the Mind: Essays in Historical Geosophy*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1971.

AZEVEDO, A. F. Geografia e cinema. In: SARMENTO, J. AZEVEDO, A.; PIMENTA, J. R. (orgs.). *Ensaio de Geografia cultural*. Porto: Livraria Editora Figueirinhas, 2006.

Novaes, A. R.

BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Antropos, 1981.

BUGESS, J.; GOLD, J. (eds.). *Geography, Media and Popular Culture*. London: Croom Helm, 1987.

CLARKE, D. B. *The Cinematic City*. London: Routledge, 1997.

COSTA, M. H. B. V. Paisagem e simbolismo: representando e/ou vivendo o real? *Espaço e cultura*, Rio de Janeiro, v.15, 2003, p.41-50.

DRIVER, F. Geography's Empire: Histories of Geographical Knowledge. *Environment and Planning D: Society and Space*, v.10, 1992. p.23-40.

_____. Fieldwork in Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 25, 2000, p.267-8.

_____. Imaginative Geographies. In: CLOKE, P.; CRANG, P.; GOODWIN, M. (orgs.). *Introducing Human Geographies*. London: Arnold, 2005.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugalíia Editora, 1968.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GOMBRICH, E. H. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1986 (1ª edição de 1959).

GREGORY, D. Imaginative Geographies. *Progress in Human Geography*, 19, 1995, p.447-85.

HACKFORTH-JONES, J.; ROBERTS, M. (eds.). *Edges of Empire: Orientalism and Visual Culture*. Oxford: Blackwell, 2005.

HARLEY, J. B. Maps, Knowledge and Power. In : COSGROOVE, D.; DANIELS, S. (eds.). *The Iconography of Landscape*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1988, p.277-312.

_____. Deconstructing the Map. In: J. AGNEW, J. et al. (eds.). *Human geography: An Essential Anthology*. Oxford: Blackwell Publishers: 1996, p.422-43.

HOUSE, J. The Frontier. A Conceptual Problem for Police Makers. *International Political Science Review*, 4(1), 1980, p.456-77.

LOWENTHAL, D. Geography, Experience, and Imagination: Towards a Geographical epistemology. *Annals of the Association of American Geographers*, v.51. n.3, 1961, p.241-60.

MACHADO, L. O. Região, fronteiras e redes ilegais. Estratégias territoriais na Amazônia sul-americana. LIMES – *Revista Italiana di Geopolitica. Quaderni Speciali*, n.3, 2007, p.173-83.

MITCHELL, W. J. T. *Picture Theory. Essays on Verbal and Visual Representation*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1994.

MIYAMOTO, S. Amazônia, política e defesa. In: NASCIMENTO, D. M. (org.). *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém: NAEA/UFGA, 2008.

MOORE, G. T.; GOLLEDGE, R. G. (eds.). *Environmental Knowing: Theories, Research, and Methods*. Stroudsburg, Pennsylvania: Dowden, Hutchinson & Ross Inc., 1976.

MOTTA, L. G. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: PORTO, S. D. (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NAME, L. O cinema e a cidade: simulação, vivência e influência. *Arquitextos*, n.33, fev. 2003.

RODRIGUES,P.B.; SCHILLING,L. Calha Norte – Além das fronteiras. *Teoria e Debate*, n.6, abr./maio/jun.1989.

SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Covering Islam: How the Media and the Experts Determine how we See the World*. New York: Vintage Books, 1997.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SHARP, J. *Geographies of Postcolonialism. Space of Power and Representation*. Los Angeles: Sage, 2009.

SMITH, N. Geography, Empire and Social Theory. *Progress in Human Geography*, 18(4), 1994, p.491-500.

TUATHAIL, G.; AGNEW, J. Geopolitics and Discourse: Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy. *Political Geography*, 11, 1992, p.190-204.

WRIGHT, J. K. Where History and Geography Meet: Recent American Studies in the History of Exploration. In: WRIGHT, J. K. *Human Nature in Geography*. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

Reportagens Consultadas

IstoÉ, 13/3/1991

Jornal do Brasil, 1/10/1989

Jornal do Brasil, 3/3/1991

Jornal do Brasil, 5/3/1991

O Globo, 2/3/1991

Veja, 13/3/1991

Recebido em 28/06/2011

Aceito em 24/09/2011

¹ O termo “geografia imaginativa” foi usado neste artigo referindo-se à tradução da expressão “*imaginative geography*”, traduzida de forma literal por Rosaura Eichenbrg para a edição em português do livro *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*, de Edward Said (2008, original de 1978).

² As reportagens discutidas no presente artigo foram coletadas no âmbito da tese de doutorado do autor, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (NOVAES, 2010). Na pesquisa realizada no centro de documentação do jornal *O Globo*, foram selecionadas reportagens sobre as fronteiras veiculadas em jornais e revistas nacionais de grande circulação, a saber: *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *O Globo*, *Veja* e *IstoÉ*.

³ O artigo de Lowenthal (1961) intitulado “*Geography, Experience and Imagination: Towards a Geographical Epistemology*” foi dedicado ao trabalho pioneiro de John Wrigth e teve grande importância no desenvolvimento de uma abordagem humanista na Geografia nos anos 1960 e 1970. No entanto, seguindo as sugestões de Burgess e Gold (1986), pode-se considerar que no contexto atual a “imaginação” tende a preceder a “experiência”, o que explicaria uma mudança na ordem de apresentação desses termos no título do presente artigo.

⁴ Embora discuta de forma pioneira as relações entre imaginação, cultura e imperialismo, é importante ressaltar que o trabalho de Edward Said não se debruça especificamente sobre representações pictóricas. As capas dos livros do autor sugerem a possibilidade de análise dos discursos orientalistas na pintura, mas seus trabalhos se limitam basicamente à análise de obras literárias. Para uma discussão mais específica sobre a “cultura visual do orientalismo”, ver Hackforth-Jones e Roberts (2005). É importante ressaltar, ainda, que embora reconheça as especificidades dos mapas e textos jornalísticos analisados, o presente artigo busca ir “além da comparação” dessas linguagens (MITCHELL, 1994), focando mais em suas interações na difusão de discursos específicos sobre as fronteiras sul-americanas.

⁵ Informações retiradas de uma reportagem da revista *IstoÉ* publicada no dia 13 de março de 1991. Embora seguisse as tendências alarmistas presentes na imprensa brasileira, essa reportagem fazia um breve comentário sobre a cobertura do incidente nos jornais colombianos.